

PMDB reage e diz que vai haver "guerra"

O PMDB reagiu com veemência à informação de que o governo pretende formar um bloco para eleger o presidente do Senado. A idéia foi qualificada de "golpe" e tentativa de intervenção do Executivo no Legislativo, perturbando a harmonia dos Poderes. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), já havia levantado questão de ordem ao presidente da Casa, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), contestando a possibilidade de os blocos funcionarem para a eleição da Mesa. Carvalho diz que, se Collor insistir no bloco, "vamos para a maior guerra aqui dentro".

O senador Mauro Benevides, vice-líder do PMDB e que disputa com o senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), o direito de ser o candidato do partido à presidência da Mesa, entende que a criação do bloco "desfigura os partidos, retirando-lhes a própria identidade programática", e acredita que a idéia não terá apoio da maioria dos senadores, inclusive daqueles que apoiam o presidente Collor. Benevides acha que a decisão tomada pelos senadores que se reuniram com Collor ontem precipitará a discussão da sucessão no Senado, em prejuízo dos

interesses do próprio governo, que tem vetos e outras proposições importantes na pauta.

Cid Sabóia de Carvalho foi bem mais incisivo na condenação da participação do bloco de maioria na disputa da Mesa: "O governo está partindo para o desespero, pois fracassou depois de apenas oito meses e está querendo se afirmar a qualquer custo. Mas o Senado não pode se sujeitar a uma manobra decidida no Planalto". Carvalho acusa o governo de tentar um golpe contra o PMDB, que teria o efeito de "alterar o resultado das urnas": "O povo elegeu o PMDB como o maior partido, e a ele compete ficar com a presidência da Casa".

A formação de blocos está prevista pela Constituição e pelo Regimento Interno do Senado, mas não há menção expressa à sua participação na eleição da Mesa.

O critério de proporcionalidade é uma tradição mantida através de toda a vida do Senado, mas também não está garantida em texto escrito. O presidente da Casa, Nelson Carneiro, a quem cabe decidir a questão de ordem, está em missão parlamentar na ONU e só deve voltar no final do mês.